



GT 49. Gênero e sexualidade: violência, subjetividades, territorialidades e direitos

Coordenador(es):

Isadora Lins França (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Paulo Victor Leite Lopes (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Sessão 1 - Gênero, violência e conflito

Debatedor/a: Heloisa Buarque de Almeida (USP - Universidade de São Paulo)

Sessão 2 - Sujeitos, sociabilidades e memória

Debatedor/a: Júlio Assis Simões (USP - Universidade de São Paulo)

Sessão 3 - Política, direitos e movimentos

Sérgio Luís Carrara (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

As últimas décadas têm assistido a transformações importantes no campo de gênero e sexualidade no Brasil, em direção à emergência de novos sujeitos, categorias e direitos num terreno permeado por disputas e conflitos. A antropologia tem fornecido contribuição central para a compreensão desses processos, afirmando seu compromisso histórico com as populações cujos direitos e dignidade têm estado sob ataque por parte de diferentes atores sociais. O conhecimento produzido no âmbito dos estudos de gênero e sexualidade tem também iluminado, de modo geral, processos de produção de diferenças e de desigualdades, partindo da perspectiva de que gênero e sexualidade se articulam – e constituem-se mutuamente – com outras categorias tais como raça, classe social, geração, territorialidades, entre outras. O objetivo deste GT é reunir trabalhos que, situados na intersecção entre gênero, sexualidade e outras categorias de diferença, ofereçam uma reflexão pertinente ao contexto contemporâneo, particularmente nos seguintes termos: 1) das dinâmicas relacionadas à violência nas suas diversas modalidades, contextos sociais e formas de administração; 2) dos intrincados processos de subjetivação relacionados a gênero e a sexualidade e da produção de corpos e sujeitos; 3) da constituição de territorialidades e dos processos envolvendo circulação, trânsitos, fluxos e fronteiras de diferentes ordens; 4) das transformações, conflitos e disputas no campo dos direitos, políticas e movimentos.

De homossexuais a LGBTQIA+: sujeitos políticos, mudanças e enquadramentos

Autoria: Regina Facchini (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

A partir de um contexto marcado, em âmbito internacional, pelo avanço de conservadorismos e de duros ataques aos direitos sociais, sexuais e reprodutivos e por democracias em risco na América Latina, os estudos sobre movimentos sociais se recolocam em evidência a fim de colaborar para a compreensão de processos e forças políticas atualmente em tensão. A produção de dicotomias entre "institucionalização" e "contestação" e de narrativas históricas lineares acerca de diferentes configurações dos ativismos aparecem como riscos em pesquisas sobre ativismos contemporâneos. Há, ainda, estudos que têm apontado para processos de "desinstitucionalização" ou de "descentramento da forma movimento" sem necessariamente atentar para a multiplicidade de formas de atuação e de atores articulados nos campos movimentistas. Esta apresentação parte de material etnográfico sobre o movimento LGBTI+ produzido pela autora nos últimos 23 anos, que é cotejado e complementado por reflexões produzidas a partir de outras etnografias ou estudos socioantropológicos. O foco analítico são os processos de mudança no modo de definição dos sujeitos



políticos, nos repertórios e nos enquadramentos presentes no campo discursivo de ação delimitado em torno do movimento LGBTI ao longo das últimas quatro décadas. Trata-se de um olhar panorâmico, cujo foco não é descrever todos os processos e embates em detalhes. O argumento é o de que: 1) as diferentes formulações do acrônimo que nomeia o movimento têm relação com diferentes enquadramentos coexistentes ou não e que 2) tais enquadramentos estão relacionados à articulação de diferentes atores e contextos e, também, a duas diferentes lógicas que coexistem no movimento brasileiro desde sua origem: uma relacionada à experiência e outra às identidades coletivas.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: